

CONTRIBUIÇÕES DE ANÍBAL QUIJANO PARA O DEBATE SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

CONTRIBUTIONS OF ANÍBAL QUIJANO FOR THE DEBATE ON ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN BRAZIL

APORTES DE ANÍBAL QUIJANO PARA EL DEBATE SOBRE LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN BRASIL

Luiz Henrique Gamboa Marques¹

RESUMO: O objetivo deste ensaio é apontar as contribuições do conceito de colonialidade do poder, cunhado por Aníbal Quijano, para a reflexão sobre relações étnico-raciais no Brasil. Iniciaremos nossa discussão apresentando brevemente a trajetória dos estudos do grupo de pesquisa M/C (Modernidade e Colonialidade), seus principais autores e temas por eles abordados. Assinalaremos, também, os principais aspectos do pensamento de Quijano, ressaltando o conceito de colonialidade do poder, e por fim, indicaremos possíveis contribuições do pensamento do autor para o debate atual acerca das relações étnico-raciais no Brasil.

Palavras-chave: Colonialidade do poder. Anibal Quijano. Racismo.

ABSTRACT: The objective of this essay is to point out the contributions of the concept of coloniality of power, produced by Aníbal Quijano, to the reflection on ethnic-racial relations in Brazil. We will begin our discussion by briefly presenting the trajectory of the studies of the research group M/C (Modernity and Coloniality), its main authors and the themes approached by them. We will also point out the main aspects of Quijano's thought, emphasizing the concept of coloniality of power, and finally, we will indicate possible contributions of the author's thought to the current debate about ethnic-racial relations in Brazil.

Keywords: Coloniality of power. Anibal Quijano. Racism.

RESUMEN: El objetivo de este ensayo es señalar las contribuciones del concepto de colonialidad del poder, elaborado por Aníbal Quijano, a la reflexión sobre las relaciones étnico-raciales en Brasil. Comenzaremos nuestra discusión presentando brevemente la trayectoria de los estudios del grupo de investigación M/C (Modernidad y Colonialidad), sus principales autores y los temas abordados por ellos. Señalaremos también los principales aspectos del pensamiento de Quijano, destacando el concepto de colonialidad del poder, y finalmente, indicaremos posibles contribuciones del pensamiento del autor al debate actual sobre las relaciones étnico-raciales en Brasil.

Palabras clave: Colonialidad del poder. Aníbal Quijano. Racismo.

¹Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Ciências Criminais pela CESREI Faculdades. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia- UFBA. E-mail: lhgamboazori@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O debate *decolonial* possibilitou uma ruptura epistemológica na forma de enxergar a modernidade, apontando novos caminhos para a reflexão sobre temas fundamentais à compreensão da sociedade contemporânea. Com influência em praticamente todos os âmbitos das ciências humanas, primordialmente nas ciências sociais, o *decolonialismo* tem construído uma nova concepção de modernidade, capitalismo e racionalidade. Neste cenário, o sociólogo Aníbal Quijano apresenta uma contribuição fecunda, a partir do conceito de colonialidade do poder, para pensarmos os dilemas e “fantasmas” enfrentados pelos países da América Latina.

O objetivo deste ensaio é apontar as contribuições do conceito de colonialidade do poder, cunhado por Aníbal Quijano, para a reflexão sobre relações étnico-raciais no Brasil. Iniciaremos nossa discussão apresentando brevemente a trajetória dos estudos do grupo de pesquisa M/C (Modernidade e Colonialidade), seus principais autores e temas por eles abordados. Assinalaremos, também, os principais aspectos do pensamento de Quijano, ressaltando o conceito de colonialidade do poder, e por fim, indicaremos possíveis contribuições do pensamento do autor para o debate atual acerca das relações étnico-raciais no Brasil.

O GIRO DECOLONIAL

1104

Os estudos *decoloniais*, nos quais podemos situar Quijano, sofrem profunda influência, ainda que não possam ser confundidos, da teoria pós-colonial. Segundo Costa (2006), os estudos pós-coloniais não constituem uma matriz teórica única, tratando-se de uma multiplicidade de contribuições com orientações diversas mas que possuem em comum “esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006, p.117).

Conforme Ballestrin (2013), o termo pós-colonial possui dois significados distintos. O primeiro faz referência ao tempo histórico do processo de descolonização, isto é, a independência dos países do chamado “terceiro mundo”, principalmente dos continentes africanos e asiáticos, em meados do século XX; e o segundo aos estudos realizados por intelectuais imigrantes e da diáspora negra que forjaram, em meados dos anos de 1980 na Inglaterra e Estados Unidos, um conjunto de contribuições teóricas originadas principalmente nos estudos de crítica literária e culturais.

Costa (2006), aponta como principais influências do pós-colonialismo três matrizes teóricas. A primeira é o pós-estruturalismo de Foucault e Derrida, com os quais foi

incorporado a ideia do caráter discursivo das relações sociais e a questão do poder. A segunda é a do pós-modernismo, da qual toma-se de empréstimo a ideia de descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos². E, por fim, a terceira grande influência é dos estudos culturais, sobretudo em sua versão britânica desenvolvida principalmente no *Birmingham University's Centre for Contemporary Studies*. Com esta última observa-se o deslocamento da reflexão para questões como racismo, diáspora, gênero, etc.

Neste contexto, as principais ideias defendidas pelos estudos pós-coloniais são: as relações de dominação/exploração coloniais permanecem mesmo após a independência dos países colonizados. A crítica a modernidade e sua ideia de racionalidade e etapas de civilização; a crítica às ciências sociais como representação da epistemologia moderna/eurocêntrica. A parte os precursores, como Franz Fanon, podemos apontar como os autores expoentes dos estudos pós-coloniais: Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak , Stuart Hall e Paul Gilroy.

Por sua vez o pensamento *decolonial* surge dentro do grupo denominado Modernidade/Colonialidade, apresentando um aprofundamento e radicalização dos argumentos pós-coloniais a partir da experiência da América Latina. Reunindo autores em sua maioria professores e pensadores latino-americanos de diversas áreas do conhecimento, este grupo foi se estruturando paulatinamente a partir de seminários e publicações conjuntas. No ano de 1998 um importante encontro foi realizado na Universidad Central de Venezuela na qual se reuniram intelectuais como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil.

Como aponta Ballestrin (2013), foram realizados alguns seminários, encontros e publicações, consolidando uma identidade conceitual própria e um acúmulo de pesquisas em temas comuns. Assim sendo, com pouco mais de dez anos de existência, o grupo vem contribuindo com a renovação das ciências sociais e das lutas políticas na América Latina.

COLONIALIDADE DO PODER

O sociólogo peruano Aníbal Quijano foi Doutor honoris causa pelas Universidades Central da Venezuela (UCV) e Nacional Autônoma de Guadalajara (UAG).

² O autor ressalta que, no entanto, o pós-colonialismo se afasta radicalmente da corrente pós-moderna enquanto programa político, defendendo que o combate às desigualdades e opressões devem ser fatores essenciais à investigação.

Professor da Universidade de Binghamton. Faleceu recentemente (31/05/2018) aos 90 anos de idade. Sua obra ficou conhecida mundialmente a partir do conceito de colonialidade do poder.

Para Quijano (2009), colonialidade do poder se origina na América e significa um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista; é constituída na classificação racial dos povos e opera em todos os âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da realidade social. Para o autor peruano, o que é costumeiramente chamado de modernidade e capitalismo tem sua origem com a invasão da América Latina. É nesse espaço/tempo em que são constituídos os elementos necessários à produção material e subjetiva da modernidade. Do extermínio das populações nativas e da imposição da escravidão aos cativos vindos da África, surge um novo padrão de poder que se torna hegemônico e se espalha para o mundo todo. Esse novo sistema de exploração é baseado na construção da divisão entre raças humanas, um construto social e histórico que naturaliza diferenças sociais e culturais em marcadores biológicos. Essa ideia serve como justificativa para as novas relações de dominação/exploração que se formavam naquele período, observando os dominados não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural.

Foi exterminada toda a população originária da América Latina e sobre os sobreviventes foi imposta uma única categoria/identidade racial. Mesmo com a diversidade de línguas, culturas, religiões, níveis de tecnologia, povos como maias, incas, astecas, tupis, aymaras, quéchuas, etc. foram reduzidos a categoria *índios*. O mesmo ocorreu mais tarde com os povos escravizados da África que de uma diversidade de etnias (Cabindas, Benguelas, Congos, Angolas, Macúas, Angicos, Sentys) foram transformados todos em *negros*.

Neste contexto, raça e racismo são os elementos estruturais de organização no novo padrão de poder que forma o novo sistema mundo (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992). Produzida na América, a ideia de raça, foi imposta ao resto do mundo seguindo o caminho do colonialismo europeu, sendo assim, tornou-se o critério e o mecanismo social fundamental de classificação social básica e universal de todos os membros de nossa espécie.

Quijano defende que as outras formas de classificação social, notadamente sexo, geração e classe são reestruturados a partir da classificação racial:

Especificamente, o controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e de seus respectivos recursos e produtos, de agora em diante não estará só associado a, mas sim dependerá, antes de tudo, da classificação racial, já que o lugar, os papéis e as condutas nas relações sociais, e as imagens, estereótipos e símbolos, com relação a cada indivíduo ou cada grupo, em cada um daqueles âmbitos de existência social, estarão daí em diante

incluídos ou vinculados ao lugar de cada um na classificação racial. (QUIJANO, 2009, p. 19)

Em outras palavras, as conhecidas dominação de sexo – assim como a autoridade e geração - em que o papel da mulher era subalternizado e inferior ao do homem, foi reconfigurado em todos seus símbolos e dimensões.

Simultaneamente a classificação racial foi surgindo uma nova forma de exploração baseada no controle da divisão do trabalho, de seus recursos e produtos que articulava todas as formas conhecidas de exploração do trabalho (servidão, escravidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e capital). Estas foram associadas, articuladas, em um único sistema conjunto de produção de mercadorias para o mercado mundial. Neste contexto, funda-se uma nova divisão geocultural de dominação em que a Europa se apresentava como o centro da civilização do mundo. Cria-se a ideia em que todos os povos passariam por os mesmos estágios de civilização que culminariam na progressão da racionalidade encontrada exclusivamente, segundo eles, na Europa.

Sendo assim, a centralidade da Europa Ocidental na produção da modernidade era uma expressão da colonialidade do poder, isto é, colonialidade e modernidade/racionalidade foram desde o início, e não deixaram de sê-lo até hoje, duas faces do mesmo processo histórico. Esta colonialidade se apresenta em diversos âmbitos materiais e subjetivos, ou seja, na possibilidade da acumulação do capital necessários ao desenvolvimento tecnológico que culminou na revolução industrial, e na produção de um conhecimento marcado fundamentalmente pelo eurocentrismo. Em outras palavras, o conhecimento científico moderno, inclusive as ciências sociais, são construídos dentro da lógica teleológica de progresso, no qual todos os povos passariam por os mesmos níveis de civilização que culminariam na hegemonia da racionalidade moderna.

Neste contexto, podemos afirmar que uma das principais contribuições dadas pelo pensamento de Quijano foi a centralidade dada as relações étnico-raciais, como elemento explicativo das sociedades modernas. Para ele, grande parte das ciências sociais foi intrinsecamente fundada no pensamento eurocêntrico. Desde as ideias liberais, que enfatizam a ação individual, quanto o estrutural-funcionalismo, e mesmo o marxismo, permanecem presos a ideia de um totalidade a-histórica, seja negando-a ou defendendo-a. Para ele, existe uma heterogeneidade estrutural na qual diversos âmbitos e elementos se encontram, fundem-se e se organizam de maneiras variadas, disformes, contraditórias. Em outras palavras, não existem

totalidades centradas em um nível de diferenciação, mas uma diversidade de estruturas que se modificam em cada espaço/tempo.

Com isso, ele realiza uma contundente crítica ao marxismo no qual é defendido a centralidade fundamental da relação capital – trabalho e na progressiva passagem para o antagonismo entre duas classes sociais pertencentes à polos opostos nas relações de produção: burguesia e proletariado. Dois são os argumentos de Quijano: primeiramente, em nenhum momento histórico observou-se a hegemonia do trabalho assalariado, portanto relação de trabalho capitalista, sobre as outras formas de controle sobre o trabalho, ou seja, a servidão, escravidão, pequena produção mercantil, reciprocidade, etc. Ao contrário, desde o surgimento do capitalismo essas formas de relação de trabalho foram incorporadas pelo sistema capitalista, sendo as relações assalariadas exclusividade da Europa³.

Em segundo lugar, a herança marxista, ao dar ênfase apenas a constituição das classes sociais, em quanto posição no processo produtivo, esquece das outras formas de classificação social e relações de poder. Para Quijano (2000) o poder pode ser definido como um espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em torno das disputas pelo controle dos seguintes âmbitos de existência social: 1) o trabalho e seus produtos; 2) a natureza e seus recursos; 3) o sexo, seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluído o conhecimento; 5) a autoridade e seus produtos, incluído os mecanismos de manutenção do padrão de poder.

Para Quijano a centralidade dada pelo marxismo a um único elemento do poder define seu caráter ahistórico, uma vez que define *a priori* que o elemento predominante das relações sociais está nas relações de produção, não levando em considerações os outros aspectos do poder. Para Quijano, as diferentes esferas do poder podem se articular de formas múltiplas, variadas e contraditórias, não existindo uma esfera predominante em todos os espaços/tempo. Assim sendo, a compreensão das formas de articulação dos elementos do poder deve passar por uma investigação histórica detalhada.

CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

O racismo na sociedade brasileira se constitui de forma complexa e original, possuindo suas especificidades, mas tendo, também, alguns pontos de encontro com a realidade latino-

³ No entanto, estas relações podem ser chamadas de capitalistas uma vez que as outras formas de exploração do trabalho foram incorporadas e articuladas com o objetivo de acumulação de capital das metrópoles europeias.

americana de forma geral. Ao desenvolver sua perspectiva Quijano utiliza principalmente as experiências coloniais hispânicas para exemplificar seu esforço teórico. Ao contrário dos países andinos, o Brasil teve sua população originária quase que completamente exterminada, restando atualmente uma pequena parcela da população relegada a pobreza e subcidadania. Em nosso país, predominou a utilização de cativos advindos da África, formando uma população predominantemente negra⁴. No Brasil as relações ético-raciais são formuladas como um complexo sistema de dominação em que a cor da pele sintetiza uma condição subordinada das pessoas negras. De maneira geral, o racismo é invocado para posicionar socialmente os indivíduos e grupos, classificando-os hierarquicamente. Seja na forma de piadas ou por meio da violência, está-se demarcando posições de superioridade e inferioridade social. Quando se fala em cor negra, remete-se não apenas a tonalidade da pele, mas a raça, a qualidades morais e *status* social.

O conceito de raça é muito antigo, no entanto, ganhou novos contornos na modernidade (GUIMARÃES, 2003). Raça na modernidade faz referência a diferentes graus de civilização, conduta moral, intelecto, determinados naturalmente pela ancestralidade genética. Esse tipo de pensamento foi fortemente desacreditado pela ciência no século XX. Hoje a própria biologia física demonstra que a construção de categorias sociais baseadas em traços fisionômicos, de fenótipo ou genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico.

Em nosso país, a construção do “mito da democracia racial” (FERNANDES, 2005) tornou as relações raciais complexas e multifacetadas. A divisão social em raças foi, desde a fundação da sociedade brasileira, uma importante categoria classificatória. Entretanto, a partir da década de 30 do século XX, com o intuito de formar a nação brasileira, começa-se a difundir ideias anti-racialistas que negavam esta divisão. Como consequência disto formou-se um discurso democrático e integrador em uma sociedade hierarquizada e desigual. Em outras palavras, a integração do negro na sociedade de classes (FERNANDES, 2005) ocorreu de forma subordinada. Não se romperam as desigualdades materiais entre as raças, muito menos se flexibilizou sua posição estigmatizada e subalterna. Se observarmos os dados oficiais, as pessoas negras estão inferiormente posicionadas em relação às pessoas brancas seja em acesso à educação superior, emprego, habitação, justiça etc.

Neste contexto, na construção do “mito da democracia racial brasileira”, o discurso racial, seja ele racista ou não, passou da ordem pública do discurso científico, acadêmico e das

⁴ A classificação de negra utilizada engloba as pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

instituições públicas para o do discurso de caráter privado que se expressa pelo não-dito racista (SALES JÚNIOR, 2009). O racismo brasileiro se constituiu em sua própria negação, na afirmação que não existe raça e desigualdade. Defende a igualdade de direitos formal, mas encobre a desigualdade real vivida todos os dias pela população negra do país.

Como aponta Sales Júnior (2009), não se pode ter certeza se um enunciado é racista ou não isoladamente de seu contexto. O racismo, em geral, remete a um determinado conjunto de palavras (negro, raça, branqueamento), no entanto, o que permite identificar seu caráter ideológico são os interesses de poder (pessoal ou institucional) a que ele serve e os efeitos que ele gera. É partindo da análise desses interesses que se pode saber se um enunciado é racista ou não. Assim sendo, a ausência do léxico racial, não corresponde necessariamente à ausência da ideologia racista. Um enunciado pode ser racista mesmo sem nenhuma referência à cor da pele ou à característica étnica de determinado grupo.

Portanto, como aponta Sales Júnior (2009) o não-dito racista é uma microtécnica de poder na qual a ideologia racista é transmitida sem a menção direta ao léxico racial científico, sério, direto. “Resulta daí a utilização pelo discurso racista de uma diversidade de recursos tais como silêncios, implícitos, denegações, discursos oblíquos, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria racial, microtécnicas de poder, funcionando num registro informal e passional” (SALES JÚNIOR, 2009, p. 126).

Essa forma peculiar na qual se configurou o racismo brasileiro tem dificultado a compreensão de sua dinâmica racial e conseqüentemente a luta pela superação das desigualdades raciais. Um obstáculo fundamental a ser ultrapassado é de ordem epistemológica a qual a teorização de Quijano pode ser bastante frutífera. Diversos estudiosos das relações étnico-raciais brasileiras têm influências marxistas na qual a raça é um epifenômeno das relações de classe. Em outras palavras, as desigualdades raciais e discriminação vivenciada pelas pessoas negras, seriam a apresentação visível de fenômenos materiais de classe, ou seja, encobrindo a essência do fenômeno. Isto está presente dentro pensamento do próprio Florestan Fernandes. Para ele, o problema do racismo estaria na impossibilidade dada ao negro de ser integrado ao capitalismo nascente nas primeiras décadas do século XX.

Mais recentemente observamos esta forma de entendimento no trabalho de Jessé Souza, notadamente em sua obra “A elite do atraso: da escravidão à lava-jato”. Nela o autor busca desvendar as origens do ódio de classe tão marca na sociedade brasileira, apontando para um “acordo” entre a elite do dinheiro (industriais e banqueiros) com a classe média - uma elite

que tem predominantemente domínio sobre os bens culturais (intelectuais, profissionais liberais e funcionários da burocracia estatal). Jessé Souza coloca a origem desse ódio de classe no período escravidão. O Autor realiza uma contundente crítica aos trabalhos de Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda, nos quais os principais problemas brasileiros teriam sido originados devido a uma herança ibérica que fundaria um caráter emotivo, personalista, irracional da sociedade brasileira. Os brasileiros seriam incapazes, para esses autores, de separar a esfera pública da privada, definir relações de isonomia, de planejamento a longo prazo, entre outras características do chamado “homem cordial”. Jessé de Souza, não contesta esse diagnóstico, no entanto, defende que é um erro pensar que estas características são exclusividade do Brasil e que são heranças ibéricas. Para ele, o que molda as subjetividades são as instituições e a instituição mais duradoura e hegemônica no Brasil foi a escravidão e não existia escravidão, nos moldes conhecidos na América, em Portugal.

Mesmo colocando a centralidade no processo de escravidão, como instituição fundante da sociedade brasileira, Jessé Souza faz um movimento, não totalmente explicado em sua obra, realizando uma passagem do ódio e desprezo ao escravo para o ódio e desprezo ao pobre, sendo a categoria racial, mais uma vez, uma apresentação visível das relações – invisíveis, todavia, essenciais - de classe. Nesta altura da discussão é importante ressaltar que o entendimento sobre classe social de Jessé de Souza se afasta da compreensão marxista, utilizando as noções de capital, espaço social e *habitus* de Bourdieu, porém tem em comum a predominância das relações materiais de existência.

Esta passagem não é realizada sem tensões e incongruências. Não fica claro como do sistema escravista, em que existe um sadismo e um ódio ao escravo - revertido em violência e exploração cotidiana - é transferido para relações ao nível de disputa por capitais. Nem como as relações étnico-raciais, antes definidora do sistema, se transforma em um epifenômeno das relações de classe.

Observa-se que nos dois casos expostos existe uma dificuldade de compreender as relações de poder enquanto complexas, contraditórias, transitórias, sobressaindo as relações materiais de classe sobre as outras formas de controle. As relações étnico-raciais não aparecem, nestes autores, como capazes de organizar o mundo social. São sempre representações abstratas das relações fundantes, por isso as únicas realmente importantes - a classe social. Neste sentido, pode-se afirmar que estes pensamentos estão ainda presos na narrativa de

modernidade em que existem estágios bem definidos de civilização, em que há totalidades que seguem lógicas hegemônicas que se sobrepõem necessariamente às outras esferas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, o pensamento de Quijano se apresenta como de fundamental importância, uma vez que abre espaço para formas heterogêneas de reflexão sobre as relações étnico-raciais e sua relação com o capitalismo. Para ele, a classificação de raça foi fundamental e intrínseca ao desenvolvimento capitalista possibilitando as condições materiais e subjetivas para o seu surgimento e mundialização. O conceito de colonialidade do poder de Quijano possibilitou uma crítica contundente ao pensamento moderno, no qual o continente europeu se apresenta como o ápice da civilização humano, justificando relações de exploração e dominação. Foi observado que o autor apresenta ferramentas teóricas nas quais os fenômenos de poder são vistos por diversos âmbitos que se articulam em esferas e níveis distintos e contraditórios, sendo compreendidos apenas a partir de uma investigação histórica detalhada.

REFERÊNCIAS

1112

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política* n.11, 2013, pp. 89-117. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-33522013000200004&lng=pt&nrm=isso.

COSTA, Sérgio. “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol.21, n.60, 2006, pp.117-134. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-69092006000100007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 2005.

GUIMARÃES, A.S.A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

QUIJANO, Aníbal y WALLERSTEIN, Immanuel. “La Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial”. *Revista Internacional de Ciencias Sociales* n. 142, 1992, pp. 583-593. Disponível em: https://www.academia.edu/7355085/Wallerstein_y_Quijano_La_Americanidad_como_concepto_o_Am%C3%A9rica_en_el_moderno_sistema_mundial_Revista_internacional_de_Cs_Sociales

QUIJANO, Aníbal. “El fantasma del desarrollo en América Latina”. *Revista del Cesa* n. 1, 2000, pp. 38-55.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. *Journal of World-Systems Research*, v. I, 2, 2000, pp. 342-386.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Dom Quixote e os Moinhos de Vento na América Latina”. In Araújo, Cícero e Amadeo, Javier (orgs). São Paulo: Ed Hucitec: Fapesb, 2009.

SALES JÚNIOR, R.L. Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, 2009

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, pp. 36-72